



Sociedade & Natureza

ISSN: 0103-1570

sociedadnatureza@ufu.br

Universidade Federal de Uberlândia

Brasil

Camargo, Luan José Jorge; Jorge Camargo, Carolina Maria; Vieira Rondon, Eliazél; Prado Benevides Queiroz, Hellen; Rocha dos Santos, Selma; Favero, Silvio; Abid Mercante, Mercedes

ANÁLISE DA SUSTENTABILIDADE DO TURISMO ECOLÓGICO NO MUNICÍPIO DE BONITO,
MATO GROSSO DO SUL NA PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Sociedade & Natureza, vol. 23, núm. 1, abril, 2011, pp. 65-75

Universidade Federal de Uberlândia

Uberlândia, Minas Gerais, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=321327201006>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

ANÁLISE DA SUSTENTABILIDADE DO TURISMO ECOLÓGICO NO MUNICÍPIO DE BONITO, MATO GROSSO DO SUL NA PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Sustainability Analysis of Ecotourism in the City of Bonito, Mato Grosso do Sul in Promoting Regional Development

Luan José Jorge Camargo

Mestrando em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional

Universidade Anhanguera – Uniderp

Pesquisador Bolsista Mestrado Acadêmico

Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia - FUNDECT

Campo Grande/MS – Brasil

luancamargo@hotmail.com

Carolina Maria Jorge Camargo

Universidade Anhanguera – Uniderp

Mestranda em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional

Pesquisadora Bolsista Mestrado Acadêmico

Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia - FUNDECT

Campo Grande/MS – Brasil

k_rolzinhacamargo@hotmail.com

Eliazél Vieira Rondon

Mestrando em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional

Universidade Anhanguera – Uniderp

Campo Grande/MS – Brasil

rondonev@hotmail.com

Héllen Prado Benevides Queiroz

Mestranda em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional

Universidade Anhanguera – Uniderp

Campo Grande/MS – Brasil

queiroz_9@hotmail.com

Selma Rocha dos Santos

Mestranda em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional

Universidade Anhanguera – Uniderp

Campo Grande/MS – Brasil

srsmoura@yahoo.com.br

Silvio Favero

Prof. Dr. Coordenador do Programa de Mestrando em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional - Universidade

Anhanguera – Uniderp

Campo Grande/MS – Brasil

sfavero@bol.com.br

Mercedes Abid Mercante

Prof^a. Dr^a. do Programa de Mestrando em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional Universidade Anhanguera –
Uniderp
Campo Grande/MS – Brasil
mercante@terra.com.br

Artigo recebido para publicação em 03/01/2011 e aceito para publicação em 04/05/2011

RESUMO: *O presente trabalho tem por objetivo refletir sobre a importância do turismo ecológico como alternativa de desenvolvimento sustentável na região de Bonito, no Estado de Mato Grosso do Sul. Buscou-se demonstrar e analisar se o turismo ecológico está sendo praticado como instrumento na proteção ambiental, promovendo a sustentabilidade, evitando assim prejuízos ao ambiente e a sociedade. Nesse sentido, foi considerado se essa prática turística tem promovido melhoria na qualidade de vida da comunidade local, bem como se está contribuindo para o desenvolvimento sustentável da região.*

Palavras-Chave: Turismo de natureza. Equilíbrio ambiental. Autogestão. Propagação regional.

ABSTRACT: *The present work aims to reflect on the importance of ecotourism as an alternative sustainable development in the region of Bonito, in Mato Grosso do Sul. This was to demonstrate and analyze if the ecology tourism is being practiced as a tool in environmental protection, promoting sustainability, thus avoiding damage to the environment and society. Thus, it was considered whether the practice has promoted tourism improvement in quality of life of the local community and if it is contributing to the sustainable development of the region.*

Keywords: Nature tourism. Environmental balance. Self-management. Local growth. Regional spread.

INTRODUÇÃO

A exploração sustentável do turismo ecológico não só gera capital para os empreendedores como também proporciona lucratividade para a população local, contribuindo para a melhoria socioeconômica, além de ajudar na manifestação da proteção ambiental.

Assim, para que uma atividade turística ecológica funcione, é de fundamental importância que se tenha no município o apoio da comunidade local, adequando-se e fornecendo todo tipo de subsídio que contribua na estruturação, no funcionamento do comércio turístico e na manutenção do ambiente sustentável.

Desse modo, é imperioso assinalar que o turismo ecológico nunca se fixa em determinada localidade sem que haja uma interação (Poder Público – Comunidade Local – Proprietários do bem turístico), devendo haver uma harmonia entre os entes, pois, caso não estejam atuando em sintonia, não se pode falar

em implantação do turismo ecológico em qualquer que seja a localidade.

É nessa perspectiva que a pesquisa avaliou se há ou não integração entre a sustentabilidade e a exploração da atividade do turismo ecológico no município Bonito, em Mato Grosso do Sul, pois apenas dessa maneira se pode obter o desenvolvimento regional de forma sustentável.

Neste estudo, entende-se que o desenvolvimento regional não é o resultado de uma construção teórica ou acadêmica do conceito de desenvolvimento, trata-se de uma forma de gerir mais eficazmente os fatores de desenvolvimento. Assim, desenvolvimento regional deve ser entendido como um mecanismo de auxílio na aplicação das políticas públicas, que visa combater as diferenças entre as regiões, aproveitando seus recursos e potencialidades de modo sustentável, promovendo desse

modo o território e inserindo participação dos cidadãos na resolução dos problemas regionais.

Portanto o turismo ecológico exercido no município é um aliado na conservação e manutenção do ambiente, pois, quando verifica que o seu sustento depende diretamente da manutenção daquele ecossistema equilibrado, a comunidade local passa a ser a maior defensora desse patrimônio.

O progresso dado atualmente no município é em função do turismo. Segundo o Comtur (2010), mais de 56% da mão-de-obra no município está voltada para o turismo ecológico, sendo beneficiados os mais variados profissionais, podendo-se elencar como exemplo: guias, agentes de viagem, remadores, monitores, recepcionistas, motoristas, gerentes, guardas, telefonistas, comerciantes etc.

Esta pesquisa buscou demonstrar e analisar se turismo ecológico em Bonito está sendo empregado como um essencial instrumento na proteção ambiental, buscando evitar prejuízos irreparáveis ao ambiente e à sociedade.

LOCALIZAÇÃO E AMBIENTE DE BONITO-MS

O Município de Bonito, segundo dados da Prefeitura Municipal, possui uma população total de

16.956 (dezesesseis mil, novecentos e cinquenta e seis habitantes), sua área se localiza na microrregião geográfica de Bodoquena, sudoeste do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme se observa na figura 1. Sua área territorial é de 4.934,32 km², correspondendo a 1.3817% das terras do Estado, a 0.3083% da região e a 0.0581% do território brasileiro (BONITO, *apud* IBGE, 2000).

O Município de Bonito faz limite com os municípios de Bodoquena (N e NO), Miranda (N), Anastácio (NE), Nioaque (L), Guia Lopes da Laguna (SE), Jardim (S) e Porto Murtinho (SO e O). Seu núcleo urbano encontra-se a 250 km da capital do Estado, Campo Grande. Possui como eixo de acesso, quatro rodovias principais, que interligam Bonito a Campo Grande e aos demais municípios do Estado de Mato Grosso do Sul, sendo elas: BR-262, MS-345, MS-382, MS-399 (DIAS, 2000).

As principais atividades econômicas do município são a pecuária, a agricultura e o turismo ecológico, isso porque o local encontra-se em uma região privilegiada, com paisagens em alto nível de biodiversidade exótica, que fomenta ainda mais o potencial turístico no município.

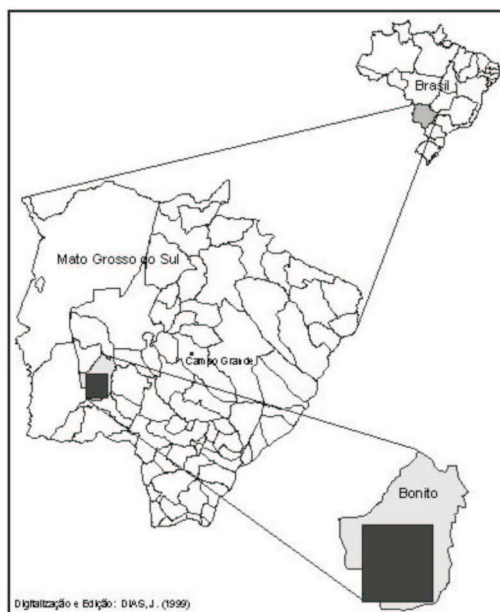


Figura 1: Localização de Bonito, Mato Grosso do Sul, Brasil. Fonte: DIAS, 1998.

A região de Bonito está situada na borda sudeste do Pantanal Mato-Grossense, Estado de Mato Grosso do Sul, em uma área de transição entre o Cerrado e o Pantanal, assentada predominantemente sobre rochas carbonáticas – calcários e dolomitos – das Formações Cerradinho e Bocaina, do Grupo Corumbá, no topo e rochas do grupo Cuiabá, na base, arcabouço geológico da Serra da Bodoquena (DIAS, 2000)

Segundo Dias (2000), as predominâncias dos tipos rochosos carbonatas originam a paisagem com

feição cárstica. Assim sendo, as paisagens da região vão apresentar características diretamente relacionadas ao fenômeno cárstico. Segundo esse autor, o cárste de Bonito ainda está em uma fase de desenvolvimento inicial, por isso não apresentará formas de grande expressão, ocorrendo até mesmo a ausência de algumas feições inerentes ao carste bem desenvolvido, como dolinas de grande extensão, uvalas etc. Na figura 2, pode-se observar a descrição das unidades básicas de paisagens da região de Bonito-MS.

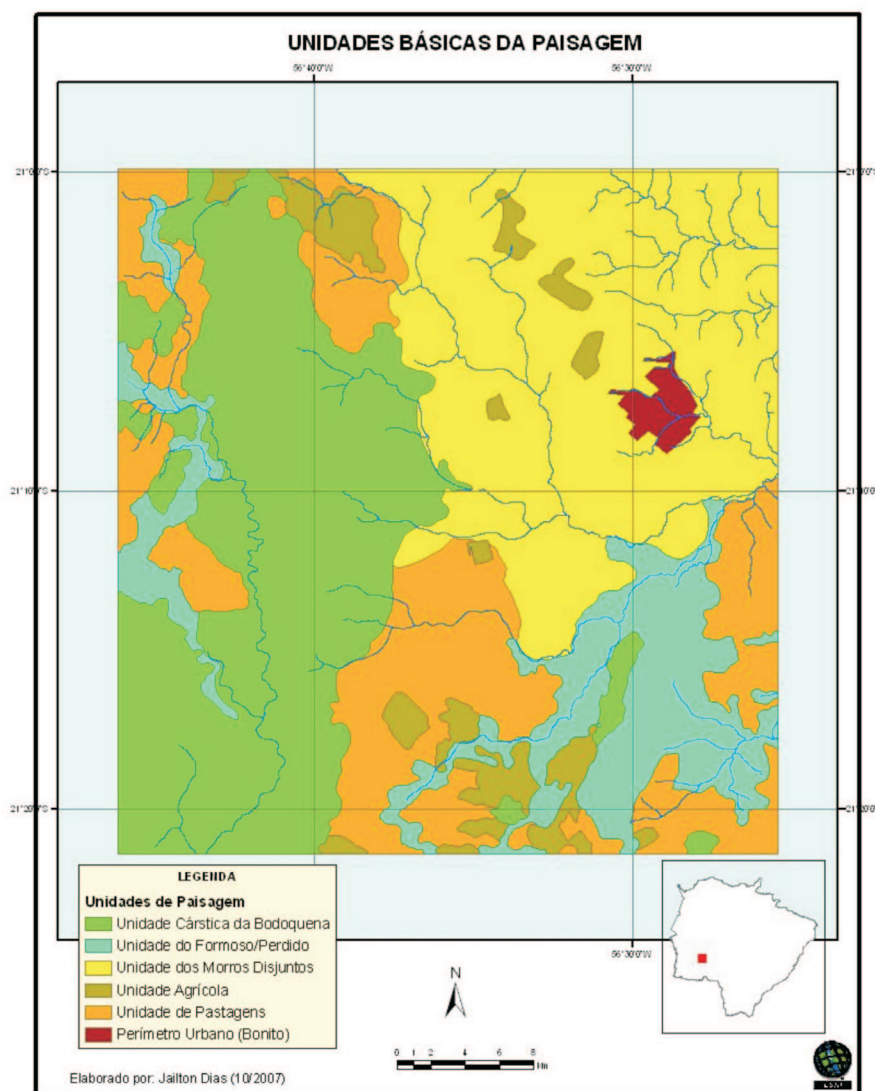


Figura 2: As Unidades Básicas da Paisagem de Bonito, Mato Grosso do Sul, Brasil.
Fonte: DIAS, 2007

O carste, segundo Grechi *et al* (*apud* Kohler, 2003, p. 309), é conceituado como um tipo de paisagem constituída em rochas solúveis por processo de corrosão (dissolução química) em conjunto com processos físicos, ou seja, quedas de blocos rochosos.

A cobertura vegetal é composta por diferentes gradientes de cerrado e florestas estacionais decíduais e semidecíduais. A visualização da fauna é também um dos atrativos locais, tanto em trilhas como nos rios (GRECHI *et al.*, 2010).

Quanto ao uso de tais recursos naturais para o ecoturismo, além das justificativas de limitação de uso que se aplicam a qualquer meio, ressaltam-se algumas particularidades do ambiente cárstico, um exemplo disso é o ambiente encontrado na Gruta do Lago Azul.

Devido a sua singular fragilidade e complexibilidade, deve-se levar em conta o planejamento da atividade de contemplação. Esse fato se dá por conta de três fatores: o alto grau de solubilidade da rocha (sensível a água e ácidos leves), a fragilidade notória de suas formações (como as estalactites, estalagmites e tufas) e a extensa rede de drenagem subterrânea (caminho livre para a disseminação de possíveis agentes poluidores originados na superfície), (GRECHI *et al.*, 2010).

Portanto limitar o uso e a visitação dos ambientes naturais de Bonito e região é uma estratégia importante para a conservação e manutenção das atividades turísticas sustentáveis ligadas ao meio, promovendo e difundindo a qualidade de vida da população local.

MATERIAL E MÉTODOS

Este estudo se desenvolveu primeiramente por meio de levantamento bibliográfico, de obras, como as de Brasil (1988), Dias (1998; 2000; 2007; 2008), Grechi *et al.* (2010), Bonito (2010) e Comtur

(2010), relacionadas às políticas públicas adotadas na difusão do turismo ecológico e na gestão ambiental do município de Bonito-MS.

Assim, buscou-se analisar o sistema gestor de turismo de Bonito, focando nas estratégias de controle de visitação aos atrativos turísticos e em sua contribuição para a sustentabilidade local.

O turismo sustentável em Bonito só é possível por meio de um sistema turístico organizado, que permite o controle do fluxo de visitante nos diversos atrativos do município. Os objetivos desse sistema devem ser permeados por tendências de mercado, de modo adequado e aperfeiçoado para não vir a prejudicar os turistas que visitam a região e, ao mesmo tempo, não exceder o número de visitação diárias permitidas.

Ressalte-se que as modalidades turísticas existentes na região são classificadas em: flutuação, trilhas, visitação, aventura e mergulho. Dessa forma, foi realizada uma visita de campo, onde se frequentou uma de cada modalidade (Figura 3).

Em relação à flutuação, foram visitados o Aquário Natural, situado na nascente Rio Baía Bonita, e o Balneário Municipal de Bonito. No tocante às trilhas, foram visitados a Gruta do Lago Azul, que é um passeio de contemplação geomorfológica, e o Buraco das Araras. Em relação à modalidade de aventura, foi realizado o passeio de bote que aporta na Ilha do Padre. Em todas essas atividades turísticas, foram coletados e analisados todos os subsídios necessários para a elaboração deste artigo.

Esta pesquisa buscou demonstrar e analisar se o turismo ecológico em Bonito está sendo empregado como um essencial instrumento na proteção ambiental, buscando evitar prejuízos irreparáveis ao ambiente e à comunidade local. O texto elaborado neste estudo é oriundo de uma pesquisa bibliográfica, e as análises apresentadas são resultantes do trabalho de campo.

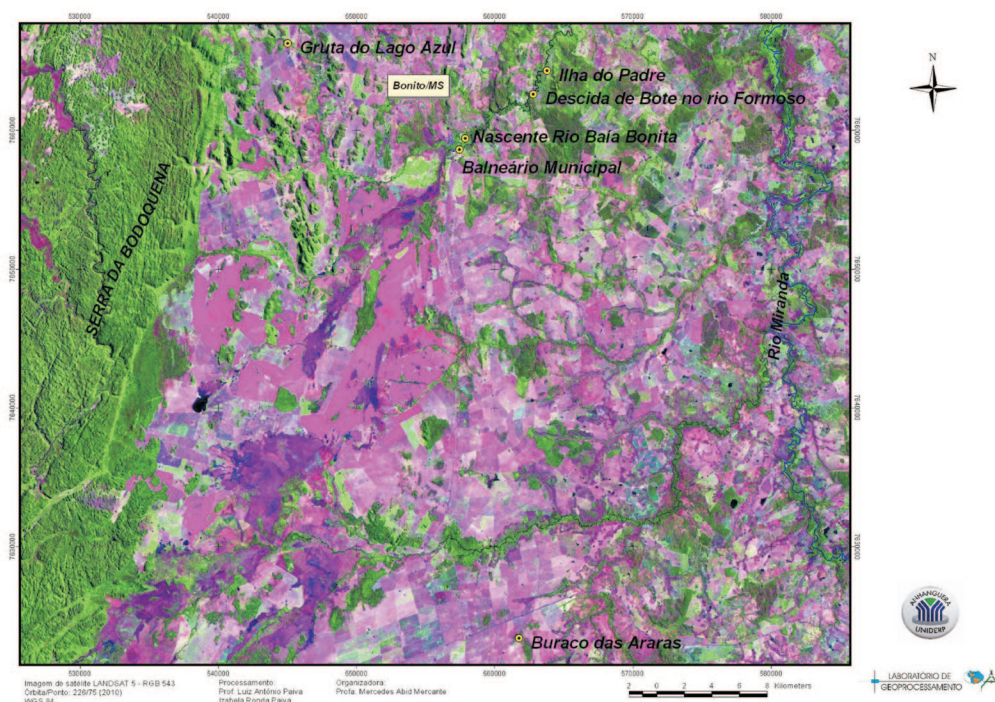


Figura 3: Visualização da Área Pesquisada, Laboratório de Geoprocessamento da Universidade Anhanguera-Uniderp. Fonte: MERCANTE, 2010.

RESULTADOS

A rica diversidade encontrada na região de Bonito, a forma de manejo da gestão dos atrativos turístico no município, além da forma de comercialização única das entradas para os passeios pelos turistas criam um sistema de gestão eficaz único, em que se caracteriza facilmente o exemplo de autogestão e que vem servindo de exemplo para vários outros destinos de turismo ecológico do Brasil, embora haja alguns aspectos a serem melhorados.

As agências de turismo locais são receptivas, já que, diferentemente de outros destinos, são os únicos canais pelos quais o turista e mesmo as operadoras turísticas de outras localidades podem comercializar os atrativos do município. Todo e qualquer interessado em realizar passeios em Bonito deve procurar uma das agências locais para efetuar a compra dos respectivos atrativos. Esse processo dificulta a comercialização de pacotes pelas agências locais emissoras das entradas. Estas empresas geralmente são de pequeno porte e não possuem poder de negociação para diminuir

custos e tampouco podem se arriscar a comprar antecipadamente os atrativos sem a certeza de vendê-los. Vendem o destino apenas em formato *For Independent Tour* - FIT, (GRECHI *et al.*, 2010).

As operadoras que atualmente comercializam os passeios turísticos em Bonito incluem praticamente os mesmos atrativos em seus pacotes, vendendo somente em formato FIT. Os demais passeios são oferecidos como opcionais. Os passeios inclusos são os mais procurados pelos turistas, o que significa que as operadoras trabalham no limite da capacidade estipulada na alta temporada. Todo o sistema é controlado por uma entrada única, denominada voucher único (GRECHI *et al.*, 2010).

O surgimento do voucher único se deu, principalmente, em razão do interesse da prefeitura em controlar a arrecadação do imposto sobre serviços turísticos, conhecido no Direito Tributário como ISS ou ISSQN (Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza). Entretanto ele somente foi efetivamente incorporado ao processo de comercialização local em virtude dos atrativos turísticos estarem em sua

maioria, localizados em áreas particulares, pelo fato de a comercialização dos ingressos serem realizadas por pequenas agências receptivas, de modo que a prefeitura detenha um controle maior sobre o seu pagamento, evitando qualquer tipo de sonegação fiscal.

A sua aceitação também se deve a uma preocupação coletiva com os possíveis impactos ambientais da visitação, já que, desde as origens do sistema, os atores optaram pela criação de normas que exigissem a presença de guias treinados, durante a visitação, o que provocou, quase que incidentalmente, a criação do voucher único. É de suma importância esclarecer que, além do treinamento de guia fornecido pelo poder público, em Bonito os guias locais também realizam um treinamento específico em cada passeio para o qual ele é cadastrado como guia turístico, a fim de ficar ciente sobre as regras e o funcionamento do empreendimento turístico (GRECHI *et al.*, 2010).

O voucher único, cujo controle é centralizado pela prefeitura de Bonito, é devidamente informado pelas agências de turismo local à prefeitura, o número de ingressos vendidos, valores envolvidos e nome do líder do grupo. É por meio do voucher unificado que guias de turismo, atrativos, agências e, principalmente, a prefeitura de Bonito controlam seus ganhos (GRECHI *et al.*, 2010).

O sistema de voucher unificado acaba por mover um controle relativamente rigoroso do número dos ingressos vendidos, pelo fato de os principais atores do turismo atuarem como fiscais do próprio processo de registro dos visitantes, já que todos têm interesses financeiros envolvidos em sua emissão; logo, todos os entes se fiscalizam, efetivando de forma exemplar este instrumento fundamental na gestão de Bonito.

Nessa perspectiva, o guia turístico exige sua emissão para controlar a parte que lhe é devida, incluída no preço do ingresso. Pelo mesmo motivo, a agência receptiva faz questão de emití-lo, e o dono do atrativo turístico por sua vez controla os valores a receber da agência de turismo que efetuou a venda. Como a prefeitura centraliza a distribuição do voucher, ela pode com isso evitar que haja sonegação do imposto de serviço cobrado no valor do ingresso. Dessa forma, a prefeitura não fornecerá novas quantidades quando uma agência receptiva estiver inadimplente, sendo o centro articulador e gestor do turismo no município

(GRECHI *et al.*, 2010).

Apesar de esse controle ser autogerido e apresentar-se como um sistema sem falhas, segundo Grechi *et al.*, (2010), o sistema apresenta falhas quanto ao controle dos balneários que possuem um modelo de voucher diferenciado dos demais atrativos e, por isso, não são alvo de uma vigilância ostensiva dos guias de turismo, como ocorre nos vários outros tipos de passeio turístico. Esse descontrole vale tanto para os balneários públicos como para os localizados em áreas particulares.

Quanto aos demais atrativos, o rigor somente é quebrado em épocas de alta temporada, quando alguns atrativos conseguem vender ingressos sem emitir o voucher a turistas que os procuram diretamente e excluem as agências do processo. Todavia, se descoberta essa forma de atuação, os proprietários deverão ser processados, acusados de sonegação fiscal, vindo a sofrer sanção fiscal e, dependendo da gravidade do caso, poderão sofrer sanção penal, ingressada a ação judicial pela prefeitura municipal por ser o ente responsável pela arrecadação do ISSQN de cada voucher vendido (GRECHI *et al.*, 2010).

Para discutir a relação entre a sustentabilidade e o controle de visitantes na região de Bonito, fez-se necessário analisar e discutir as atividades exploradas pelos proprietários privados de atrativos ou pelo próprio poder público.

No caso dos balneários, os impactos ocasionados ao ambiente ocorrem por alterações promovidas nas margens de rios de classe especial da região e pela sobrecarga de visitantes em algumas épocas do ano (GRECHI *et al.*, 2010).

Já os passeios de botes vêm provocando danos nas frágeis estruturas das cachoeiras da região, que são formadas pela longa deposição e pela formação de tufas calcárias; o constante atrito dos barcos com até vinte turistas de uma vez tem provocado um desgaste constante. Já os passeios de flutuação, embora provoquem impactos menores, também é fonte de preocupação dos ambientalistas, em razão das alterações que provocam no comportamento da ictiofauna local. Por fim, as atividades que causam menor impacto são os passeios em trilhas ecológicas e a visitação a pontos turísticos, como a Gruta do Lago Azul, além dos mergulhos, que mantêm controles mais rigorosos

sobre o comportamento do turista ou são feitos em pequenos grupos especiais, de forma a não provocar danos ao ambiente (GRECHI *et al.*, 2010).

Apesar das dificuldades quanto à fiscalização dos licenciamentos ambientais exigidos na área de turismo ecológico, percebe-se uma consciência coletiva na região quanto aos limites que a natureza pode suportar, principalmente nos atrativos que recebem maior número de visitantes (GRECHI *et al.*, 2010).

Mas ainda não existe uma margem segura e, portanto, científica, que possa afirmar ao certo os limites de capacidade de carga nas atividades turísticas da região, como a flutuação ou as trilhas ecológicas. Alguns empresários, com a concordância do Ministério Público e do Órgão Licenciador do Estado, adotam posturas sensatas quanto ao tamanho dos grupos nas trilhas ou à quantidade diária de visitantes em seus atrativos, mas sem adotar um método específico e científico, que traga resultados seguros quanto a preservação e conservação ambiental na região (GRECHI *et al.*, 2010).

Mas existe uma minoria de casos em que já realizaram estudos científicos, casos esses considerados exceção, como em relação à Gruta do Lago Azul, quando então há mais cuidado para determinar o número adequado de visitantes. Esses estudos constataram que este atrativo turístico é adequado para receber 305 pessoas por dia (GRECHI *et al.*, 2010).

Outro importante fator que coloca em risco a preservação do ambiente e não permite que o visitante aproveite correta e integralmente o passeio é a falta de conhecimento de seus visitantes. Este é o caso do turista que não sabe o que observar em um passeio de contemplação, ou até mesmo daquele que pretende interagir com o meio, mas acaba com sua ação lesionando o ambiente ou sua biodiversidade.

Constata-se, de igual modo, a ausência na comunidade de educação em saúde pública e ambiental, o que acarreta a promoção e proliferação de doenças endêmicas como a leishmaniose e a dengue, colocando em risco a saúde dos habitantes e visitantes.

Em relação aos direitos do consumidor, também se verifica uma fragilidade em relação às informações dadas sobre os empreendimentos turísticos, pois, nem sempre, os empresários do turismo esclarecem ao turista as reais condições dos passeios.

No que concerne ao turismo cultural, não há registros de definição e promoção do turismo gastronômico local ou até mesmo sobre os costumes da comunidade nativa. Nesse caso, deixam como opção de lazer apenas o turismo ecológico aos visitantes.

Finalmente se observa a ausência de diálogo entre os exploradores do ecoturismo e os demais profissionais que procuram promover a qualidade de vida e o equilíbrio ambiental na região.

DISCUSSÃO

Considerações sobre a relação entre ecoturismo e sustentabilidade

O turismo ecológico exerce sua gestão de maneira responsável, quando visa à proteção do ambiente natural, voltado à integração econômica e principalmente social. Essa modalidade de turismo vem se expandindo de forma diferenciada no Brasil e no mundo, pelo grande interesse dos turistas e pela rápida adequação da atividade nos ambientes naturais, cujo principal objetivo é atender a sustentabilidade e, principalmente, a conservação e a preservação do ambiente.

Para tanto é necessário o conhecimento da regulamentação legal desse segmento turístico assim como os meios utilizados para se atingir seu principal objetivo, que é a manutenção do “meio ambiente ecologicamente equilibrado e sustentável”, conforme o que dispõe o artigo 225, “caput” da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

O turismo ecológico, por ser uma atividade rentável para a sociedade local e exercer grande auxílio na manutenção do equilíbrio ambiental, social e econômico, mostra-se como atividade refletora do princípio do desenvolvimento sustentável. Por se tratar de atividade exercida diretamente na natureza e envolver o ser humano, é comum o contato direto com a fauna, flora e toda uma biodiversidade inerente ao ambiente natural.

Cabe ressaltar que o turismo ecológico, quando exercido de forma descuidada ou extremamente ambiciosa, pode gerar sérios riscos ao ambiente, ocasionando grande degradação, pois, do interesse por uma área natural intensa sem o devido controle

e fiscalização, possivelmente decorrem impactos negativos ao ambiente. Isso requer a atuação do Poder Público e da coletividade em sua tutela.

O turismo ecológico contribui para o desenvolvimento da economia do município, sob o aspecto da dimensão socioeconômica. Em relação à dimensão ambiental, é fundamental assegurar o desenvolvimento sustentável da região.

Considerações sobre o modelo sustentável adotado na gestão turística de bonitoMS

O perímetro do município evidencia que a prática do turismo ecológico ainda tende a evoluir, pois atualmente apenas atende como um local de recepção e de hospedagens de turistas, possuindo apenas um pequeno centro comercial que oferece opções de produtos artesanais das mais variadas espécies, mas com o predomínio do artesanato indígena.

O turismo oferecido em Bonito é aquele em que predomina de maneira equilibrada a relação entre o ser humano e a natureza, e é justamente este o fator que diferencia o município das mais variadas rotas turísticas no Brasil.

Outro fator que é diferencial no município são os vários tipos de turismo de natureza encontrado na região. Como exemplo disso, há ecoturismo, turismo rural, turismo de aventura, flutuação, cachoeiras, grutas, rapel, contemplação, mergulho e balneários.

O turismo de Bonito pode ser classificado como hidrorrecreativo e rural, aspecto valorizado especialmente por aqueles que procuram um contato mais direto com a natureza. As formas cársticas – grutas, abismos etc. –, os rios cristalinos encachoeirados e as nascentes, são os principais atrativos. Um fato bastante positivo para o turista que procura Bonito é a possibilidade de manter uma interatividade muito íntima e ímpar com a natureza, através dos mergulhos nos rios cristalinos, em meio a uma riquíssima fauna e flora aquáticas, o que destaca o turismo de Bonito como seletivo apenas para um tipo de turista: aqueles amantes da natureza (DIAS, 1999).

No fator socioeconômico, o turismo promoveu a melhoria da qualidade de vida dos habitantes, porque ele se tornou a fonte direta de mão-de-obra da população local, que muitas vezes deixa de trabalhar

em fazendas, para vir à cidade e atuar nessa atividade, que vem crescendo ano após ano.

No entanto há também pessoas às quais o turismo no município não vem agradando, especialmente a alguns fazendeiros da região, que veem nessa atividade uma concorrente em mão-de-obra e até em condições de trabalho. Para alguns proprietários rurais que não exploram a atividade turística em suas terras o turista não passa de um ser estranho que vem usufruir da riqueza local.

Há de se considerar que o turismo ecológico não vive só de benefícios. Como em qualquer ramo econômico, existe o fator positivo e o negativo. Se, por um lado, alcança-se o desenvolvimento econômico no município, por outro, o fluxo de pessoas gerado pela atividade turística acaba por colocar em risco as riquezas naturais do ambiente, já que esta é geralmente realizada em ambientes frágeis, suscetíveis à degradação do ambiente.

É nessa perspectiva que existe a preocupação em se planejar o turismo, mitigando aspectos negativos e buscando formas de potencializar os impactos positivos, o que deve ser visto como prioridade. Isso porque Bonito é tido como um exemplo de turismo ecológico no Brasil, o que pressupõe, entre outras coisas, eficiência nos mecanismos de conservação da natureza. Além disso, Bonito busca cada vez mais apontar para a possibilidade de executar um turismo sustentável, que, entre outras premissas, visa à otimização das paisagens apropriadas pelo turismo. Há tempos já se sabe que o uso demasiado de qualquer ambiente excede a sua capacidade natural de resiliência (GRECHI *et al.*, 2010).

Para que haja um controle na demanda turística de Bonito, buscando assegurar este patrimônio natural para as atuais e as futuras gerações, é fundamental que haja uma adequada manutenção dos limites de visitação. Uma das formas mais recomendadas para se estabelecer como limite nas visitas turísticas de um determinado destino é instituída pela sua capacidade de carga ou de suporte (GRECHI *et al.*, 2010).

Mas não existe um padrão a ser seguido, muito menos uma metodologia adequada para se quantificar a questão, qual a maneira mais eficaz para isso, ou melhor, se é qualitativa, quantitativa ou qualiquantitativa. Assim, na falta de metodologias mais completas e abrangentes, o uso das que estão

atualmente disponíveis torna-se indispensável para o planejamento da atividade turística. Assim, o uso de metodologia científica de controle de visitantes é mais viável, pois os aspectos ligados à manutenção das condições ambientais é um dos fatores primordiais para que uma atividade possa adquirir aspecto sustentável pela dimensão ecológica (GRECHI *et al.*, 2010).

No caso de Bonito, nem sempre os limites de visitação são estabelecidos por meio de metodologia científica. Apesar de as maiorias dos atrativos turísticos apresentarem um limite numérico diário de visitantes autorizados a realizar o passeio, essa limitação é, em muitos casos, determinada pela capacidade de atendimento das agências e guias, que propriamente pela necessidade de proteção e manutenção ambiental, tal como se imagina (GRECHI *et al.*, 2010).

Portanto as estruturas locais ainda carecem de investimentos; mas, se houver uma estruturação adequada e bem dimensionada, pode-se gerar um fomento a mais para a população. Em um ambiente frágil sob o ponto de vista ambiental, como o encontrado no município de Bonito, um aumento no número de turistas pode certamente resultar na diminuição da conservação do ambiente e, conseqüentemente, na redução gradual da manutenção da atividade em longo prazo, podendo ocasionar grave dano ambiental para as atuais e futuras gerações.

CONCLUSÃO

Apesar de o turismo ecológico ser uma importante ferramenta no desenvolvimento sustentável na região de Bonito, no Estado de Mato Grosso do Sul, sua atuação não tem sido totalmente eficaz.

A adoção de técnicas que limitem o número de visitantes aos passeios pode representar uma significativa contribuição se, para esta determinação, for adotada uma metodologia científica que resulte em um coeficiente seguro de número máximo diário de visitantes nos passeios.

Outra importante medida que deve ser adotada pelos proprietários dos passeios na manutenção do ambiente da região é seguir estudos específicos que descrevam as unidades de paisagem do local, uma vez que as singularidades das paisagens implicam um manejo particular do ambiente.

Por fim, constata-se que, apesar de ser um essencial instrumento na melhoria da qualidade de vida da comunidade local e no desenvolvimento regional, o turismo ecológico deve aprimorar seus métodos de proteção ambiental, para que se atue de modo eficaz, promovendo a sustentabilidade entre o ambiente e o exercício dessa atividade, evitando assim prejuízos irreparáveis ao meio e à sociedade.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos o apoio do programa CAPES/PROCAD, referente ao projeto nº 067/2007, com a parceria da Universidade Anhanguera Uniderp e Universidade Federal de Uberlândia, na realização deste estudo.

REFERÊNCIAS

BONITO. *Histórico da cidade de Bonito-MS*. Disponível em: <<http://www.portalbonito.com.br/acidade/historico.asp>>. Acesso em: 06 ago. 2010.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Senado, 1988.

COMTUR - Conselho Municipal de Turismo de Bonito-MS. *O Sistema Turístico de Bonito-MS*. Disponível em: <<http://www.bonito-ms.com.br/>>. Acessado em: 06 ago. 2010.

DIAS, J. *As potencialidades paisagísticas de uma região cárstica: o exemplo de Bonito, MS*. 1998. 183 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) Programa de Pós-Graduação em Geografia, UNESP, Presidente Prudente, 1998.

_____. *A região cárstica de Bonito, MS: Uma proposta de zoneamento geoecológico a partir de unidades de paisagem*. Revista Ciência Geográfica. v.1 nº 15. p. 14-24. 2000.

DIAS, R. *Turismo Sustentável e Meio Ambiente*. São Paulo: Atlas, 2008.

GRECHI, D. C.; LOBO, H. A. S.; MARTINS, P. C. S.; LUNAS, J. R. S. Autogestão e controle de visitantes: Voucher Unificado em Bonito, MS. In: PHILIPPI JR, A.; RUSCHMANN, D. V. M. (Ed). *Gestão Ambiental e Sustentabilidade no Turismo*. Coleção Ambiental. V.9. Barueri, SP: Editora Manole, 2010.p. 913-931

MERCANTE, M. A. (Coord.). *Visualização da Área Pesquisada*, Laboratório de Geoprocessamento da Universidade Anhanguera-Uniderp. Geoprocessada por Paiva. L.A e Paiva. I. R: Imagem LANDSAT 5 – RGB 543, Órbita/Ponto: 266/75 (2010), WGS 84.